



TCESP

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



433221

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO (DIPE)

Especialidade: **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

(OPÇÃO: 002)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto I a seguir para responder às questões de **01** a **05**:

IA e as tendências do futuro

O uso da inteligência artificial (IA) já é uma realidade em todo o mundo, provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, incluindo os negócios. Além disso, trata-se de uma ferramenta à disposição de qualquer pessoa que possua um smartphone ou notebook.

Constatar essa realidade implica também reconhecer que nenhum exercício de futurologia conseguirá prever todas as consequências dessas mudanças. Porém, essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a identificar tendências e preparar governos e empresas para conviver com a revolução tecnológica.

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de maio de 2025, anota o seguinte: “A obtenção de taxas mais elevadas de adoção de IA pode aumentar a produtividade do trabalho e gerar outros resultados desejáveis, como menores taxas de defeitos na produção, reduzindo a necessidade de insumos materiais. As informações para políticas públicas provenientes deste e de outros estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes à medida que mais empresas buscarem se tornar usuárias ativas de IA”.

Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento que terá em pauta o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial generativa na reconfiguração da sociedade, na educação e na economia. Será debatida, também e de forma aprofundada, a questão do letramento digital e da educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, o que evitará mais uma geração de excluídos da era digital, como aconteceu nos anos 1990 e início do ano 2000.

O seminário, portanto, está inserido no grande debate que hoje mobiliza países de todo o mundo para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial.

(Editorial, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br. Adaptado)

01. Ao analisar a inteligência artificial no cotidiano da sociedade contemporânea, o editorial deixa claro que

- (A) a crítica que se faz à sua adoção em áreas sensíveis, como a educação digital, é justificada pelo risco de desinformação.
- (B) a preparação precoce para acesso à tecnologia é matéria de discussão, à vista de sua importância para a inclusão digital.
- (C) a IA é uma ferramenta indispensável e acessível, ainda que seus efeitos negativos deixem de ser combatidos pela sociedade.
- (D) as mudanças tecnológicas superaram desafios para sua implementação graças a políticas públicas eficientes para enfrentá-los.
- (E) a performance dela já está demonstrada, não se justificando especulações acerca de eventuais efeitos das mudanças na sociedade.

02. A construção entre parênteses que substitui o trecho destacado, em conformidade com a norma-padrão de regência e de crase, é:

- (A) ... essas possibilidades têm de ser estudadas de modo a **identificar** tendências... (reconhecer à todas as)
- (B) ... grande debate que hoje **mobiliza** países de todo o mundo para estudar as tendências... (conclama à muitos)
- (C) ... ferramenta à disposição de qualquer pessoa **que possua um** smartphone... (tenha acesso à qualquer)
- (D) ... preparar governos e empresas para **conviver com a** revolução tecnológica. (adaptar-se à)
- (E) Constatar essa realidade **implica** (...) reconhecer que nenhum exercício de futurologia... (leva à)

03. Assinale a alternativa em que o trecho entre parênteses substitui o trecho destacado, de acordo com a norma-padrão e com sentido compatível com o original.

- (A) ... grande debate **que hoje mobiliza países de todo o mundo** para estudar as tendências que regularão a sociedade permeada pela inteligência artificial. (cujos países de todo o mundo são mobilizados)
- (B) ... provocando mudanças profundas em todos os ramos da atividade humana, **incluindo** os negócios. (em que abrange)
- (C) ... educação, a partir da primeira infância, para o acesso à tecnologia, **o que evitará** mais uma geração de excluídos da era digital... (a qual poupará)
- (D) As informações para políticas públicas **provenientes deste e de outros** estudos comparáveis provavelmente se tornarão mais importantes... (nas quais provieram este e outros)
- (E) Esses temas serão debatidos no Futura Trend, evento **que terá em pauta** o processo acelerado de transformação digital e os impactos da inteligência artificial... (em cuja pauta estarão)

04. A IA é uma ferramenta acessível a _____ cidadãos que _____ de um smartphone ou um notebook. Hoje, mais de um brasileiro a _____ em seu cotidiano, e o uso irrestrito dessa tecnologia se consolidará quando se _____ as consequências de sua adoção.

De acordo com a norma-padrão de emprego dos verbos e de concordância, as lacunas devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) qualquer ... dispuserem ... utiliza ... prever
- (B) quaisquer ... dispuserem ... utiliza ... previrem
- (C) qualquer ... dispuserem ... utilizam ... previr
- (D) quaisquer ... disporem ... utilizam ... preverem
- (E) quaisquer ... disporem ... utilizam ... previrem

Leia o texto II a seguir para responder às questões de **05 a 07**:

A conta que a IA não fechou

A corrida pela inteligência artificial levou muitas empresas a acreditar que seria possível substituir profissionais por tecnologia de forma rápida e com redução de custos. Contudo, a realidade começa a mostrar que essa decisão nem sempre produz os resultados esperados.

Começamos a ver as organizações recontratando funcionários que haviam sido dispensados após a adoção de sistemas de IA. O movimento, conhecido como *AI boomerang*, evidencia que eficiência não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento, contexto e capacidade de decisão.

A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar tarefas repetitivas, organizar grandes volumes de dados e apoiar processos. No entanto, ainda apresenta limitações quando precisa interpretar cenários complexos, compreender nuances, lidar com situações inesperadas ou construir relações de confiança com clientes e parceiros.

O caso da Ford ilustra bem essa realidade. Após ampliar o uso da IA em determinadas operações, a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado e trouxe de volta especialistas técnicos para atuar em conjunto com sistemas automatizados.

(Sílvia Letícia, *Artigos*, 06.08.2026. Disponível em: www.opovo.com.br/)

05. Consta-se que os textos I e II são tematicamente vinculados. Um aspecto que se destaca no tratamento que eles dão ao tema é:

- (A) ambos os textos enfatizam a importância da aplicação da IA e reconhecem sua autossuficiência insuperável.
- (B) ambos os textos passam ao largo de questionamentos que possam colocar em xeque a necessidade da IA para a sociedade.
- (C) o texto II suscita uma discussão ausente no texto I, ao apresentar fatos que já representam restrições no uso da IA.
- (D) o texto I aponta dados de utilização da IA na formação de crianças e jovens, dados esses que são contraditados pelo texto II.
- (E) texto II aponta certo ceticismo da autora em relação à ideia, no texto I, de que o uso da IA direcionará a definição de políticas públicas.

06. A expressão destacada que, no contexto, está empregada em sentido figurado é:

- (A) ... essa **decisão** nem sempre produz os resultados esperados. (1º parágrafo)
- (B) ... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o **padrão** de qualidade esperado... (4º parágrafo)
- (C) ... **eficiência** não depende apenas de velocidade, mas também de conhecimento... (2º parágrafo)
- (D) ... ainda apresenta limitações quando precisa interpretar **cenários** complexos... (3º parágrafo)
- (E) A inteligência artificial é extremamente competente para automatizar **tarefas** repetitivas... (3º parágrafo)

07. Observe os termos em destaque nas passagens:

... eficiência não depende apenas de velocidade, **mas também** de conhecimento, contexto e capacidade de decisão. (2º parágrafo)

... a empresa percebeu que a tecnologia não conseguia entregar, sozinha, o padrão de qualidade esperado **e** trouxe de volta especialistas técnicos... (4º parágrafo)

Esses termos relacionam as afirmações em sequência, introduzindo entre elas aspectos semânticos compatíveis com as ideias, respectivamente, de

- (A) acréscimo e consequência.
- (B) oposição e acréscimo.
- (C) contraste e conclusão.
- (D) restrição e efeito.
- (E) acréscimo e contraste.

Leia o trecho da crônica “Minhas fila” a seguir para responder às questões de **08 a 12**:

A fila é um sofrimento. É mesmo? Depende de como você encara uma fila. Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Existem filas e filas. Uma fila de banco, por exemplo, é completamente diferente de uma fila de padaria.

A pior fila, por consenso, é a fila do banco. Sim, você começa a sofrer com ela no dia anterior. Amanhã vou ter de ir ao banco. E você já dorme com aquela fila na cabeça. Sonha com ela. Ela vai até à rua. Ninguém está feliz na fila do banco, já notou? O sujeito que está ali está sofrendo. Já chega sofrendo. Ele sabe que vai sair dali um pouco mais pobre, no mínimo.

Mas o pior na fila do banco é que a gente, que está mais atrás, olha a quantidade de papelzinho que o da frente tem na mão e logo pensa: isso vai longe. E quando a menina do caixa pede licença e sai para obter uma orientação do gerente lá na outra sala? Todo mundo olha o relógio. E a inveja que a gente fica do segundo da fila? Dá vontade de matar o sujeito. E aquele que disfarça? Está só com um papelzinho na mão. Mas quando chega na vez dele, abre uma pasta. Uma pasta!

Mas toda fila tem seus encantos (basta saber curtir). Menos a fila da fome, esperando comida. Não dá para olhar para a foto (na primeira página dos jornais) daqueles brasileiros e fazer brincadeira. Aquela fila é uma coisa muito séria, gente.

(Mário Prata, *Minhas tudo*. Adaptado)

08. A leitura do relato acerca da fila de banco leva a reconhecer que o narrador

- (A) imagina-se no lugar de quem aguarda na fila e disfarça a insatisfação de ser obrigado a estar naquele local, esperando a fila andar.
- (B) recomenda ao leitor adotar alguns comportamentos que permitem evitar a ansiedade, tais como ficar alheio ao ambiente.
- (C) representa de forma bem-humorada sentimentos e expectativas de quem enfrenta a espera, colocando-se, com o leitor, na situação.
- (D) expressa, em tom irônico, como se habituar a situações que causam sofrimento antecipado, rendendo-se ao inevitável.
- (E) revela-se inconformado por ver como as pessoas são submetidas a longa espera para atendimento, mesmo pagando pelo serviço.

09. Tal como empregada no contexto, a palavra “consenso” (2º parágrafo) tem sinônimo e antônimo, respectivamente, em:

- (A) concordância e distorção.
- (B) acordo e dissensão.
- (C) certeza e desacordo.
- (D) anuência e menosprezo.
- (E) conforto e desconforto.

10. Assinale a alternativa em que a colocação dos pronomes está em conformidade com a norma-padrão.

- (A) Amanhã vou ter de ir ao banco; infelizmente sujeitarei-me a essa tortura inevitável.
- (B) Em primeiro lugar, você não pode levar a fila a sério. Nunca pode-se mesmo levar uma fila a sério.
- (C) Me dá vontade de matar o sujeito, dá vontade de esmagá-lo ali mesmo.
- (D) O sujeito tinha só um papelzinho na mão, mas tinha enganado-nos e abriu uma pasta.
- (E) E quando a moça do caixa sai de fininho e vai afastando-se para outra sala?

11. Considere as passagens a seguir:

- E aquele que disfarça? Está **só** com um papelzinho na mão... (3º parágrafo)
- **Mas toda** fila tem seus encantos (basta saber curtir). **Menos** a fila da fome, esperando comida. (4º parágrafo)

Os termos destacados podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) apenas ... Entretanto qualquer ... Exceto
- (B) somente ... Portanto, a ... Salvo
- (C) sozinho ... No entanto, cada ... Não muito
- (D) unicamente ... Pois uma ... Tirante
- (E) isolado ... Além disso, seja qual for a ... Afora

12. A alternativa redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de pontuação é:

- (A) Não se enfrenta filas, com mau-humor, e o sujeito que as levam a sério acabam sofrendo.
- (B) Ultimamente, eu me pergunto se não se vê mais filas de banco será porque nem existe mais agências bancárias?
- (C) Já não basta: as horas de espera, na fila do banco, e ainda, é necessário a apresentação de documento!
- (D) Com a demora do atendente, as pessoas que havia na fila do banco se cansaram, e a maior parte delas protestou.
- (E) Filas, é um sofrimento e sempre podem haver filas e filas, para cada um de nós enfrentarmos no dia a dia.

13. Considere a afirmação: “Todos os funcionários fizeram o treinamento e pelo menos um deles fez o treinamento de maneira remota”.

Uma negação dessa afirmação é equivalente a:

- (A) nenhum funcionário fez o treinamento ou pelo menos um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
- (B) nenhum funcionário fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
- (C) pelo menos um funcionário não fez o treinamento ou todos os funcionários fizeram o treinamento de maneira remota.
- (D) pelo menos um funcionário não fez o treinamento e apenas um funcionário fez o treinamento de maneira remota.
- (E) algum funcionário não fez o treinamento ou nenhum funcionário fez o treinamento de maneira remota.

14. Marina decidiu que em sua festa haverá, no máximo, 4 tipos de doces. Para ajudar em sua decisão, ela selecionou os 5 doces que mais gosta e depois escreveu 4 afirmações que precisam ser todas verdadeiras:

- Se tiver cajuzinho, então não haverá quindim.
- Haverá brigadeiro ou churros, mas não ambos.
- Haverá quindim se e somente se não houver churros.
- Se houver pudim, então haverá cajuzinho ou não haverá brigadeiro.

Em seguida, Marina decidiu que haverá brigadeiro, portanto, os únicos tipos de doce em sua festa serão

- (A) brigadeiro e quindim.
- (B) brigadeiro e cajuzinho.
- (C) brigadeiro e churros.
- (D) brigadeiro, quindim e cajuzinho.
- (E) brigadeiro, pudim e cajuzinho.

15. Considere o padrão de formação da sequência ilimitada:

1, 0, 1, 2, 0, 0, 1, 2, 3, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 0, 0, 0, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 0, 0, 0, 0, 0, ...

Nessa sequência, a 1ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na 2ª posição e a 1.000ª ocorrência do termo 0 (zero) ocorre na

- (A) 2.955ª posição.
- (B) 1.995ª posição.
- (C) 2.035ª posição.
- (D) 3.150ª posição.
- (E) 2.450ª posição.

16. Seis irmãos nasceram, respectivamente, nos anos de 1990, 1992, 1994, 1996, 1998 e 2000.

Considere as seguintes afirmações proferidas por eles:

Abel: eu sou o mais novo entre os irmãos.

Abel: Denis não é o mais velho entre os irmãos.

Beto: Eder é mais novo do que Fábio

Caio: Denis é o terceiro mais velho.

Denis: eu sou mais velho do que Beto.

Denis: eu não nasci em 2000.

Eder: Caio é um dos dois irmãos mais velhos.

Fábio: Beto nasceu em 1998.

Apenas três desses irmãos fizeram afirmações verdadeiras. Entre os três irmãos que mentiram em suas afirmações, dois são os mais velhos entre todos.

Os irmãos que nasceram em 1992 e 1996 foram, não necessariamente nessa ordem,

- (A) Caio e Eder.
- (B) Caio e Denis.
- (C) Beto e Fábio.
- (D) Abel e Denis.
- (E) Eder e Fábio.

R A S C U N H O

ÉTICA PÚBLICA E INTEGRIDADE

17. Mário Mariano é servidor público vinculado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e encontra-se licenciado do cargo para tratar de assuntos particulares. Durante o período de licença, Mário tem oferecido, por meio de plataformas digitais, serviços de “mentoria” na área de contratações públicas e utilizado suas redes sociais para tecer comentários depreciativos sobre precedentes da Corte.

Após ser alertado de que suas condutas poderiam ser questionadas à luz do Código de Conduta Ética do TCE/SP, o servidor afirmou acreditar que não estaria praticando qualquer ato ilícito. Ainda assim, para sanar eventuais dúvidas, decidiu formular consulta à Presidência do TCE/SP, a fim de esclarecer se sua conduta é compatível com as normas éticas aplicáveis.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Conduta Ética do TCE/SP, é correto afirmar que

- (A) o servidor somente poderá ser responsabilizado por opiniões depreciativas caso se identifique, na publicação, como servidor do TCE/SP.
- (B) a autoridade competente para responder à consulta é a Comissão de Ética do TCE/SP, órgão colegiado vinculado ao Gabinete da Presidência, que tem natureza pedagógica, consultiva e deliberativa.
- (C) cabe à Presidência disciplinar a aplicação do Código de Conduta Ética e, conseqüentemente, responder à consulta.
- (D) o Código de Conduta Ética não se aplica aos servidores licenciados, motivo pelo qual não houve a prática de ato ilícito.
- (E) Mário Mariano não pode ser responsabilizado, pois o Código de Conduta Ética não se aplica a atos que não estejam relacionados ao exercício de suas atribuições funcionais.

- 18.** Equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), durante auditoria realizada em autarquia estadual, identificou a ocorrência de fraudes relacionadas à celebração e à execução de contratos administrativos, que resultaram em elevados prejuízos para a Administração Pública.

Diante da gravidade das irregularidades constatadas, a equipe técnica, em reunião com agentes públicos vinculados à autarquia, formulou questionamentos acerca da implantação e do funcionamento do programa de integridade na entidade. As respostas apresentadas revelaram, contudo, que os agentes desconheciam as disposições do Decreto Estadual nº 67.683/2023.

Com base na situação hipotética e no disposto no referido Decreto, é correto afirmar:

- (A) o Decreto ordena que todas as empresas que contratam com a Administração Pública estadual possuam programas de integridade em funcionamento, a serem fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.
- (B) compete ao Secretário titular da Pasta a que está vinculada a autarquia indicar o titular da Unidade de Gestão de Integridade, a quem cabe coordenar a elaboração, a execução, a comunicação, a implantação e o monitoramento do programa de integridade.
- (C) cabe à Controladoria Geral do Estado a orientação e a supervisão técnica para a elaboração e execução dos programas de integridade, sem prejuízo da subordinação hierárquica ou vinculação administrativa.
- (D) o plano é implantado e fiscalizado pela Controladoria Geral do Estado, a quem cabe sanar eventuais dúvidas envolvendo o tema.
- (E) o plano deve ser criado pela entidade e deve ter como eixo, dentre outros, o comprometimento da alta administração do órgão ou entidade, a instituição de instância responsável por sua implantação e gestão e a gestão de riscos à integridade.

- 19.** O Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo recebeu, para apreciação, as contas anuais prestadas pelo prefeito do Município Y, relativas ao último exercício financeiro. Durante a instrução, a unidade técnica identificou preliminarmente irregularidades relevantes na execução orçamentária e na aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Concluída a instrução, surgiu divergência interna quanto ao órgão competente para deliberar sobre o processo, bem como sobre o rito que deve ser seguido no procedimento de emissão do parecer prévio.

Com base na situação hipotética e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) os processos de emissão de parecer prévio são distribuídos automaticamente para a Presidência, que poderá redistribuí-los, de acordo com ato interno.
- (B) cabe ao juiz singular emitir parecer prévio sobre as contas do prefeito, admitida a possibilidade de interposição de embargos de declaração e recurso de revisão para a Câmara, nas hipóteses previstas no Regimento Interno.
- (C) nos processos desta natureza não são admitidas decisões monocráticas que suspendam a sua análise ou ordenem a adoção de diligências complementares.
- (D) a competência para a emissão do parecer prévio é privativa do Plenário.
- (E) compete privativamente às Câmaras emitir parecer prévio, que será passível de pedido de reexame, formulado uma única vez e com efeito suspensivo.

20. Considere que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo recebeu denúncia acerca de possíveis irregularidades em procedimento licitatório promovido pelo Município X para a contratação de empresa destinada à prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares. Segundo o denunciante, determinadas exigências do instrumento convocatório teriam sido estabelecidas com o objetivo de direcionar a contratação em favor de empresa específica.

A denúncia sustenta, ainda, que a empresa supostamente beneficiada pertence a empresário que teria realizado expressivas doações não contabilizadas à campanha eleitoral do atual chefe do Poder Executivo municipal e que o favorecimento na licitação, inclusive mediante contratação por valores superiores aos praticados no mercado, constituiria contrapartida ao apoio financeiro anteriormente prestado.

Com base na situação hipotética, no disposto na Lei Complementar Estadual nº 709/1993 e no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) A denúncia pode ser apresentada de forma anônima, cabendo ao relator do processo avaliar se deve ou não ser recebida, de acordo com a natureza das circunstâncias reveladas na sua apresentação.
- (B) A denúncia pode ser apresentada por pessoa jurídica desde que, com base na situação narrada, ela não seja utilizada para atender interesse subjetivo próprio.
- (C) O relator poderá, após recebida a denúncia, decretar a suspensão liminar do procedimento licitatório, estando a decisão sujeita a referendo do Plenário.
- (D) A denúncia, para ser recebida, precisa conter, além do relato do ilícito, o nome legível, a qualificação e o endereço do denunciante e estar acompanhada de prova ou indício concernente ao fato denunciado.
- (E) A denúncia não pode ser autuada em caráter sigiloso, salvo em situações em que seja necessária a preservação da intimidade dos envolvidos ou de interesse público, especificadas em lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

21. Assinale a alternativa que apresenta o registro contábil correto do cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) que se encontram no estágio “em liquidação”, considerando a manutenção da obrigação da entidade perante o credor.

- (A) Patrimonial: Débito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (F) / Crédito 1.1.1.x.x.xx Caixa e equivalente de caixa (F).
Orçamentária: Débito 6.3.1.2.x.xx RP não processados em liquidação / Crédito 6.3.1.4.x.xx RP não processados pagos.
Controle: Débito 8.2.1.1.3.xx DDR comprometida por liquidação / Crédito 8.2.1.1.4.xx DDR utilizada.
- (B) Patrimonial: Débito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (F) / Crédito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (P).
Orçamentária: Débito 6.3.1.2.x.xx RP não processados em liquidação / Crédito 6.3.1.9.x.xx RP não processados cancelados.
Controle: Débito 8.2.1.1.2.xx DDR comprometida por empenhos / Crédito 8.2.1.1.1.xx Disponibilidade por destinação de recursos.
- (C) Patrimonial: Não há registro, pois o fato gerador ainda não ocorreu.
Orçamentária: Débito 6.3.1.1.x.xx RP não processados a liquidar / Crédito 6.3.1.9.x.xx RP não processados cancelados.
Controle: Débito 8.2.1.1.2.xx DDR comprometida por empenho / Crédito 8.2.1.1.1.xx Disponibilidade por destinação de recursos.
- (D) Patrimonial: Débito 3.x.x.x.x.xx VPD / Crédito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (F).
Orçamentária: Débito 6.2.2.1.3.01.xx Crédito empenhado a liquidar / Crédito 6.2.2.1.3.03.xx Crédito empenhado liquidado a pagar.
Controle: Débito 7.2.1.1.x.xx Controle da Disponibilidade de Recursos / Crédito 8.2.1.1.1.xx DDR.
- (E) Patrimonial: Débito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (P) / Crédito 2.1.x.x.x.xx Passivo circulante (F).
Orçamentária: Débito 6.3.1.9.x.xx RP não processados cancelados / Crédito 6.3.1.2.x.xx RP não processados em liquidação.
Controle: Débito 8.2.1.1.1.xx Disponibilidade por destinação de recursos / Crédito 8.2.1.1.2.xx DDR comprometida por empenhos.

22. No que concerne à estrutura e aos critérios de classificação da receita orçamentária para o setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação por natureza da receita, de aplicação obrigatória para todos os entes da federação, visa identificar o fato gerador do ingresso, sendo estruturada em um código de oito dígitos que contempla a Categoria Econômica, a Origem, a Espécie, os Desdobramentos para Identificação de Peculiaridades e o Tipo.
- (B) As receitas decorrentes de multas e juros de mora incidentes sobre o principal de receitas de capital são registradas na categoria econômica de Receitas de Capital, em observância ao princípio da vinculação entre o acessório e o principal.
- (C) Na estrutura lógica do código de oito dígitos da natureza de receita (a.b.c.d.ee.f.g), o dígito “c” identifica a Origem do recurso, enquanto os dígitos correspondentes à posição “ee” são destinados à identificação do Indicador de Resultado Primário.
- (D) A classificação por Fonte ou Destinação de Recursos (FR) compõe-se de três dígitos, cujos intervalos de 000 a 499 são reservados para utilização restrita por Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à União o uso do intervalo de 500 a 999.
- (E) O produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os pagamentos efetuados por Municípios a seus servidores deve ser classificado como receita de transferência corrente da União, dado que a competência tributária do imposto pertence àquela esfera de governo.

23. No que tange às normas de classificação da despesa orçamentária e à estrutura da natureza da despesa no setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) Na estrutura lógica da natureza da despesa (c.g.mm.ee.dd), o Grupo de Natureza da Despesa (g) é o nível destinado a identificar o objeto final do gasto, como material de consumo ou serviços de terceiros, enquanto o Elemento de Despesa (ee) agrega as despesas com características econômicas similares.
- (B) A classificação institucional, estruturada obrigatoriamente em Órgão e Unidade Orçamentária, é padronizada nacionalmente por ato normativo da Secretaria do Tesouro Nacional, devendo todos os entes da Federação adotar o modelo de cinco dígitos utilizado pela União.
- (C) A Modalidade de Aplicação (mm), integrante da estrutura da natureza da despesa, atua como um mecanismo de controle gerencial que visa indicar se os recursos são aplicados diretamente pela unidade orçamentária ou mediante transferência a outros entes ou entidades, tendo por objetivo principal impedir a ocorrência de dupla contagem de recursos no orçamento.
- (D) A classificação funcional, estruturada em funções e subfunções, possui um rol de itens prefixados que operam de forma estanque, sendo vedada a combinação de subfunções com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na portaria ministerial que rege a matéria.
- (E) As Despesas de Capital (Categoria Econômica 4) são classificadas segundo o critério da potencialidade de serviço, englobando todos os dispêndios que resultem em fatos permutativos no patrimônio público, como a aquisição de materiais para estoque e a concessão de adiantamentos.

24. No que se refere às características qualitativas da informação contábil, que são atributos necessários para tornar a informação útil aos usuários para fins de prestação de contas e tomada de decisão, assinale a alternativa correta.
- (A) A representação fidedigna de um fenômeno econômico é alcançada quando o registro contábil prioriza a forma jurídica da transação em detrimento de sua essência econômica, garantindo que a informação seja completa e neutra.
 - (B) A tempestividade é a característica que garante a utilidade da informação contábil, determinando que as demonstrações contábeis devem ser disponibilizadas aos usuários independentemente do custo incorrido, uma vez que a utilidade da informação nunca é prejudicada pelo decurso do tempo.
 - (C) A comparabilidade é uma qualidade intrínseca a cada item individual de informação contábil, permitindo que o usuário analise um dado isoladamente sem a necessidade de relacioná-lo com outros períodos ou entidades.
 - (D) A relevância é a característica que exige que as informações financeiras e não financeiras possuam valor estritamente confirmatório, sendo incapazes de influenciar os objetivos da entidade se possuírem apenas valor preditivo.
 - (E) A verificabilidade é a qualidade da informação que ajuda assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos que se propõe a representar, implicando que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar a um consenso geral.
25. No que concerne ao tratamento contábil das transações sem contraprestação nas entidades do setor público, assinale a alternativa correta.
- (A) Os ativos obtidos por meio de transações sem contraprestação devem ser inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, ressalvando-se que ativos oriundos de transações tributárias, enquanto não efetivamente arrecadados, devem ser mensurados pela melhor estimativa de entrada de recursos.
 - (B) Na ocorrência de especificações que direcionam o objetivo de uso de um ativo transferido, mas que não impõem a obrigatoriedade de devolução dos benefícios econômicos futuros ao transferente em caso de descumprimento, a entidade recebedora deve proceder ao registro concomitante de um ativo e de um passivo.
 - (C) O compromisso formal de doação de ativos não monetários por terceiros, quando devidamente documentado, em termos de intenção, e assinado pelas partes, satisfaz plenamente a definição de ativo para a entidade beneficiária, devendo ser reconhecido como Variação Patrimonial Aumentativa no momento da assinatura do acordo.
 - (D) Caso uma entidade receba um ativo em uma transação sem contraprestação e, em troca, forneça uma compensação cujo montante seja nominalmente inferior ao valor justo do recurso recebido, a transação deve ser classificada integralmente como com contraprestação em observância ao princípio da prudência.
 - (E) O reconhecimento da Variação Patrimonial Aumentativa em transações sem contraprestação que geram custos de arrecadação, como taxas bancárias para o recebimento de tributos, deve ser efetuado pelo valor líquido, registrando-se o ingresso dos benefícios econômicos já deduzidos dos custos necessários para sua consecução.

26. No que concerne à estrutura, ao conteúdo e aos requisitos de evidenciação das Notas Explicativas no âmbito do setor público, assinale a alternativa correta.
- (A) A evidenciação pormenorizada de uma política contábil em notas explicativas atua como mecanismo de retificação técnica de registros inadequados, sendo tais divulgações suficientes para assegurar a conformidade das demonstrações contábeis com as normas vigentes.
- (B) O resumo das políticas contábeis significativas deve detalhar as bases de mensuração utilizadas e os julgamentos exercidos pela gestão na aplicação dessas políticas, devendo as notas explicativas incluir informações sobre itens que, embora não satisfaçam aos critérios de reconhecimento, são fundamentais para a compreensão da capacidade de prestar serviços da entidade.
- (C) O nível de detalhamento das informações em notas explicativas deve restringir-se obrigatoriamente aos itens que possuem materialidade para apresentação individualizada nos quadros principais das demonstrações contábeis, visando evitar o excesso de dados irrelevantes.
- (D) Alterações nos métodos de avaliação de ativos biológicos ou propriedades para investimento, por decorrerem de maior experiência acumulada ou novas informações, são classificadas tecnicamente como mudanças de estimativa contábil, dispensando-se a evidenciação de seus impactos retrospectivos.
- (E) Na ocorrência de modificação voluntária na apresentação ou na classificação de itens nas demonstrações contábeis, a entidade deve abster-se de reclassificar os montantes apresentados para fins comparativos, de modo a preservar a integridade histórica dos dados originais publicados em exercícios anteriores.
27. Um ente público contratou, em 30.06.20X1, um mútuo financeiro no valor de R\$ 3.000.000,00 para reforço de caixa. A operação será liquidada em 12 prestações mensais e iguais, calculadas pelo Sistema Price, com o vencimento da primeira parcela em 31.07.20X1. Os juros compostos são pré-fixados em 1% ao mês, totalizando R\$ 198.556,44 ao final do contrato. Com base nas normas de registro contábil de operações de crédito, assinale a alternativa que apresenta o lançamento patrimonial correto para o reconhecimento dos encargos da dívida no momento da contratação (30.06.20X1).
- (A) Débito 2.1.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos (P)
Crédito 2.1.2.x.x.xx.xx (-) Encargos Financeiros a Apropriar (P) R\$ 198.556,44
- (B) Débito 2.1.2.x.x.xx.xx (-) Encargos Financeiros a Apropriar (P)
Crédito 2.1.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos (P) R\$ 99.278,22
- (C) Débito 3.4.1.x.x.xx.xx Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos (VPD)
Crédito 2.1.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos (P) R\$ 198.556,44
- (D) Débito 2.1.2.x.x.xx.xx (-) Encargos Financeiros a Apropriar (P)
Crédito 2.1.2.x.x.xx.xx Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos (P) R\$ 198.556,44
- (E) Débito 1.1.1.1.x.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
Crédito 2.1.2.x.x.xx.xx Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P) R\$ 3.198.556,44

28. Considerando a estrutura e as normas de elaboração do Balanço Orçamentário, assinale a alternativa correta.

- (A) A coluna de Previsão Inicial das receitas orçamentárias deve ser retificada durante o exercício financeiro para incorporar as atualizações monetárias autorizadas por lei e realizadas após a data da publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) O Quadro Principal do Balanço Orçamentário deve apresentar as receitas realizadas pelos seus valores brutos, de modo que montantes relativos a restituições, descontos concedidos e deduções para o Fundeb figurem como despesas de transferências correntes na coluna de execução.
- (C) A linha denominada “Saldos de Exercícios Anteriores” demonstra os recursos provenientes de superávit financeiro utilizados para a abertura de créditos adicionais, apresentando valores nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada, sem que esses montantes sejam computados para fins de cálculo do déficit ou superávit orçamentário do exercício de referência.
- (D) No Quadro Principal do Balanço Orçamentário, a discriminação das despesas deve observar a classificação funcional como critério primário e obrigatório de apresentação, sendo a classificação por natureza da despesa utilizada de forma facultativa e complementar.
- (E) Os Restos a Pagar inscritos originalmente na condição de não processados, mas que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência, devem ser informados obrigatoriamente no Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados para preservar a sua classificação de origem.

FINANÇAS PÚBLICAS

29. “Se verificado, ao final de um _____, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, _____ promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, _____, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.”

Em relação ao Anexo de Metas Fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) trimestre ... o Poder Legislativo e o Ministério Público ... imediatamente
- (B) bimestre ... os Poderes Legislativo e Judiciário ... nos sessenta dias subsequentes
- (C) trimestre ... o Poder Legislativo e o Tribunal de Contas ... imediatamente
- (D) semestre ... os Poderes Legislativo e Judiciário ... nos sessenta dias subsequentes
- (E) bimestre ... os Poderes e o Ministério Público ... nos trinta dias subsequentes

30. A dívida pública consolidada ou fundada corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Em relação à dívida pública consolidada de um ente federativo, é correto afirmar que há limites fixados em percentual da receita corrente

- (A) líquida independentemente da esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem. Esses limites são fixados pelo presidente da República depois de propostos pelo Congresso Nacional e verificados ao final de cada quadrimestre.
- (B) líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem. Esses limites são fixados pelo Congresso Nacional por proposta do presidente da República e verificados ao final de cada trimestre.
- (C) bruta independentemente da esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem. Esses limites são fixados pelo Senado Federal por proposta do presidente da República e verificados ao final de cada trimestre.
- (D) líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem. Esses limites são fixados pelo Senado Federal por proposta do presidente da República e verificados ao final de cada quadrimestre.
- (E) bruta independentemente da esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem. Esses limites são fixados pelo presidente da República depois de propostos pelo Senado Federal e verificados ao final de cada quadrimestre.

31. O _____ caracteriza-se por incorporar às técnicas orçamentárias tradicionais uma visão de _____, distinguindo-se daquelas por sua elaboração ocorrer em oito fases sequenciais que, ao serem cumpridas, dão a esse modelo toda a sua peculiaridade, permitindo, entre outros pontos, _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) Orçamento-Programa ... planejamento ... o acompanhamento físico-financeiro e a gerência por objetivos
- (B) Orçamento Base Zero ... transparência ... ampla possibilidade de aplicação e gerência por objetivos
- (C) Orçamento Base Zero ... planejamento ... o acompanhamento físico-financeiro e a participação exclusiva do poder legislativo na elaboração
- (D) Orçamento Participativo ... transparência ... ampla possibilidade de aplicação e participação exclusiva do poder legislativo na elaboração
- (E) Orçamento-Programa ... controle ... o programa de trabalho e a gerência por objetivos

32. Ao criarem ou elevarem despesas obrigatórias de caráter continuado, os entes públicos devem satisfazer alguns requisitos, entre os quais, demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. Uma das possibilidades é a compensação pelo aumento permanente de receita nos períodos seguintes, considerando-se aumento permanente de receita o proveniente de

- (A) elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração de tributo ou criação de concessão pública.
- (B) elevação de alíquotas, ampliação da base de contribuintes, majoração de tributo ou criação de concessão pública.
- (C) elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (D) ampliação da base de cálculo ou da base de contribuintes, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (E) majoração ou criação de tributo ou contribuição, ampliação da base de contribuintes ou criação de concessão pública.

33. Assinale a alternativa que apresenta a correta contabilização de transferências voluntárias, suas consequentes condições e justificativa, conforme o MCASP, 11ª edição.

- (A) Pode ser feita como despesa ou redução de receita, sendo necessário haver autorização do legislativo que permita a transferência. Justifica-se tal contabilização porque há uma determinação legal para a transferência.
- (B) Deve ser feita obrigatoriamente como despesa, sendo necessário haver dotação específica que permita a transferência. Justifica-se tal contabilização porque não há uma determinação legal para a transferência.
- (C) Deve ser feita obrigatoriamente como redução de receita, sendo necessário haver dotação específica que permita a transferência. Justifica-se tal contabilização porque não há determinação legal para a transferência.
- (D) Deve ser feita obrigatoriamente como despesa, sendo necessário haver autorização do legislativo que permita a transferência. Justifica-se tal contabilização porque há uma determinação legal para a transferência.
- (E) Pode ser feita como despesa ou redução de receita, sendo necessário haver dotação específica que permita a transferência. Justifica-se tal contabilização porque não há uma determinação legal para a transferência.

34. No que concerne aos requisitos contábeis e procedimentos de consolidação das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o final do período das demonstrações contábeis da controlada for diferente do da controladora e for impraticável a elaboração de demonstrações na mesma data, a controladora deve consolidar as informações da controlada desde que a defasagem entre as datas das demonstrações não seja superior a três meses.
- (B) No processo de eliminação integral de transações intragrupo, os prejuízos resultantes de tais operações devem ser obrigatoriamente eliminados para fins de consolidação, vedando-se o seu reconhecimento nos casos em que indiquem redução no valor recuperável dos ativos transacionados.
- (C) As mudanças na participação societária detida por controladores na controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como ganhos ou perdas no resultado do exercício, de modo a refletir a variação no valor justo da parcela adquirida ou alienada em relação à contrapartida paga ou recebida.
- (D) Ao elaborar demonstrações consolidadas, a proporção do resultado e das mutações do patrimônio líquido, alocada à controladora e às participações de não controladores, deve refletir o possível exercício ou conversão de direitos de voto potenciais e outros derivativos substantivos que confirmam acesso a retornos.
- (E) Se perder o controle de uma controlada, a controladora deve baixar do balanço consolidado os ativos e passivos da ex-controlada pelo valor contábil na data da perda, reconhecer qualquer investimento retido pelo seu valor justo e reclassificar para o resultado (ou transferir para lucros acumulados) os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes na mesma base que seria exigida se a controladora tivesse alienado diretamente os respectivos ativos ou passivos.

35. A Cia. Integrada apresentou os seguintes dados extraídos de suas demonstrações contábeis referentes ao encerramento do exercício de 20X2:

1. Dados da Demonstração de Resultado (20X2):

Lucro Líquido do Exercício: R\$ 450.000
 Despesa de Depreciação e Amortização: R\$ 65.000
 Resultado de Equivalência Patrimonial (Ganho): R\$ 30.000
 Lucro na Venda de Ativos Imobilizados: R\$ 15.000
 Variação Cambial Passiva Não Realizada: R\$ 10.000
 Despesa de Juros (Regime de Competência): R\$ 20.000

2. Variações nas Contas do Balanço Patrimonial (Comparação 20X2 e 20X1):

Aumento em Clientes (Contas a Receber): R\$ 60.000
 Diminuição em Estoques: R\$ 40.000
 Aumento em Fornecedores: R\$ 25.000
 Aumento em Despesas Antecipadas (Ativo): R\$ 15.000
 Aumento em Juros a Pagar (Passivo): R\$ 3.000

3. Informações Adicionais:

A entidade classifica juros pagos como atividade operacional.

A venda do imobilizado (que gerou o lucro de R\$ 15.000) foi realizada à vista por R\$ 100.000.

Com base apenas nessas informações, o Fluxo de Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais, apurado pelo método indireto, é de

- (A) R\$ 473.000.
- (B) R\$ 500.000.
- (C) R\$ 460.000.
- (D) R\$ 430.000.
- (E) R\$ 485.000.

36. A empresa ABC fabrica apenas o produto K e iniciou o ano de X1 com a seguinte projeção:

- Preço de venda unitário: R\$ 37,50
- Percentual de Margem de Contribuição sobre a receita líquida: 40%
- Custos fixos, considerando o intervalo relevante de produção: R\$ 480.000,00

Para que a empresa no ano de X1 tenha um resultado operacional de R\$ 120.000,00, quantas unidades deverá vender?

- (A) 32.000 unidades.
- (B) 26.000 unidades.
- (C) 40.000 unidades.
- (D) 28.000 unidades.
- (E) 30.000 unidades.

37. A empresa XYZ apresentou os seguintes dados referentes ao ano de X2:

- Custos diretos variáveis de produção unitários: R\$ 17,00
- Custos indiretos variáveis de produção unitários: R\$ 3,00
- Custos indiretos fixos de produção unitários: R\$ 12,00
- Despesas de vendas e administrativas variáveis por unidade: R\$ 4,00
- Despesas de vendas e administrativas fixas totais: R\$ 70.000,00
- Percentual de Margem de Contribuição sobre a receita líquida: 52%
- Estoque Inicial do período: 0 unidades
- Unidades produzidas no período: 10.000 unidades
- Estoque final do período: 2.000 unidades

Assinale a alternativa que aponta o resultado operacional do período pelo custeio por absorção.

- (A) R\$ 34.000,00
- (B) R\$ 10.000,00
- (C) R\$ 24.500,00
- (D) R\$ 18.000,00
- (E) R\$ 42.000,00

38. O Município X enviou ao Tribunal de Contas do Estado o balanço das contas do ano de 2025 no mês de maio de 2026, juntamente com as peças acessórias e relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal. Acerca do caso hipotético, tendo em vista o que consta da Lei Complementar Estadual nº 709/93, pode-se corretamente afirmar que

- (A) as peças acessórias e o relatório circunstanciado do Executivo e Legislativo Municipal não são obrigatórios, desde que o balanço discrimine, de forma separada, as contas de cada um dos órgãos que compõem o Município.
- (B) o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas só deixará de prevalecer por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara Municipal.
- (C) o parecer consistirá em uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução do orçamento, indicando as irregularidades, as parcelas impugnadas, as ressalvas, sendo vedadas recomendações.
- (D) como as contas não foram enviadas no prazo previsto em lei, o Tribunal de Contas comunicará o fato ao Legislativo Municipal, para os fins de direito.
- (E) o parecer do Tribunal de Contas deverá ser emitido até o último dia do ano do recebimento.

39. De acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – Instituto Rui Barbosa – NBASP 100, a auditoria que foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento é denominada auditoria

- (A) de conformidade.
- (B) operacional.
- (C) financeira.
- (D) de resultados.
- (E) de eficiência.

40. O Poder Executivo do Município X ocupava o imóvel sede da Prefeitura em razão de regular contrato de aluguel. Devido à existência de recursos orçamentários, a Prefeitura decidiu comprar o imóvel, obedecidas todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao caso.

Tendo em vista o que dispõe a Lei nº 4.320/1964, pode-se corretamente afirmar que a despesa decorrente da compra do imóvel classifica-se como

- (A) inversão financeira.
- (B) transferência corrente.
- (C) investimento.
- (D) transferência de capital.
- (E) de custeio.

41. Num procedimento licitatório, o agente de contratação, após a publicação do edital de licitação, durante a fase de apresentação de lances, mesmo sem previsão no edital, decidiu, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, que deveria proceder à habilitação dos licitantes antes da apresentação das propostas e do julgamento.

Acerca do caso hipotético, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 14.133/2021, pode-se corretamente afirmar que

- (A) considerando a inexistência de prejuízo ao interesse público, a inversão de fases promovida pelo agente de contratação é válida.
- (B) a inversão de fases é expressamente vedada pelo ordenamento jurídico.
- (C) não havendo vedação de inversão de fases no edital, é possível, de forma discricionária, o agente de contratação realizar a inversão de fases.
- (D) se não houver comprovação de prejuízo ao interesse público, a inversão realizada, apesar de não possível no caso hipotético, deverá ser convalidada, tendo em vista a inexistência do dever de constar essa possibilidade no edital.
- (E) a inversão de fases, apesar de permitida se houver ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, no caso, não poderia ter sido realizada, em razão da ausência de previsão no edital.

42. A pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” foi vencedora do certame licitatório promovido pelo Município X, para fornecimento de alimentos destinados à produção de merenda escolar. Entretanto, durante a execução do contrato, começou a fraudar a contratação administrativa, fornecendo alimentos com prazo de validade vencido.

Tendo em vista a competência do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a Câmara, por maioria absoluta de seus membros, poderá declarar a pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” inidônea para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- (B) o Tribunal Pleno, por maioria absoluta de seus membros, poderá declarar a pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” inidônea para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- (C) o Tribunal Pleno, por maioria absoluta de seus membros, poderá declarar a pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” inidônea para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.
- (D) a Câmara, por maioria absoluta de seus membros, poderá declarar a pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” inidônea para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- (E) a Câmara, por três quintos de seus membros, poderá declarar a pessoa jurídica “Honestidade a Todo Tempo” inidônea para contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

43. Está sendo redigido um projeto de lei visando autorizar a criação de uma empresa pública no Estado. Tendo em vista o que dispõe a Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), no projeto de lei, deverá haver diretrizes e restrições a serem consideradas na elaboração do estatuto da companhia, em especial sobre

- (A) prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração e dos indicados para o cargo de diretor, que será unificado e não superior a 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.
- (B) prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal não superior a 2 (dois) anos, permitidas 2 (duas) reconduções consecutivas.
- (C) requisitos específicos para o exercício do cargo de diretor, observado o número mínimo de 5 (cinco) diretores.
- (D) constituição e funcionamento do Conselho de Administração, observados o número mínimo de 7 (sete) e o número máximo de 15 (quinze) membros.
- (E) avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade quinquenal, dos administradores e dos membros de comitês.

44. A constituição de consórcio público deve ser realizada mediante o cumprimento dos seguintes atos, nesta ordem:

- (A) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, assinatura do contrato de consórcio e ratificação do contrato mediante lei.
- (B) publicação de lei autorizando a celebração do protocolo, assinatura do contrato de consórcio e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (C) autorização da assinatura do contrato de convênio mediante lei, decreto autorizando a celebração do contrato e publicação do contrato na imprensa oficial.
- (D) subscrição de protocolo de intenções, publicação do protocolo de intenções na imprensa oficial, ratificação mediante lei e assinatura do contrato de consórcio.
- (E) decreto autorizando a subscrição do protocolo de intenções, assinatura do protocolo de intenções, ratificação do protocolo pelo chefe do Poder Executivo e assinatura do contrato de consórcio.

45. Acerca do Conselho de Administração de uma associação qualificada como organização social, nos termos do que dispõe a Lei nº 9.637/1998, pode-se corretamente afirmar que

- (A) os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, nem mesmo ajuda de custo por reunião da qual participem.
- (B) o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo.
- (C) deve ser composto por 15 a 30% de representantes do Poder Público.
- (D) os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de dois anos, admitida uma recondução.
- (E) o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de quatro anos.

46. O Município Z instaurou procedimento licitatório para a aquisição de *tablets* destinados aos alunos da rede pública de ensino. No Termo de Referência anexo ao edital, constou a indicação expressa da marca do bem a ser adquirido. A justificativa apresentada pelo órgão gestor seria a maior durabilidade, confiabilidade e desempenho do produto em relação às demais opções do mercado.

Acerca do caso hipotético, pode-se corretamente afirmar que

- (A) é irregular, pois a alegação genérica de maior durabilidade e desempenho não justifica o direcionamento, devendo a Administração fixar especificações técnicas objetivas no edital ou admitir produto equivalente.
- (B) é válida de forma irrestrita, tendo em vista que a restrição de marca é admitida discricionariamente pela Administração quando os bens são destinados a programas sociais de educação.
- (C) enseja obrigatoriamente a contratação direta, uma vez que a preferência por marca específica caracteriza o procedimento licitatório e atrai a hipótese de inexigibilidade de licitação.
- (D) é legal e legítima, em observância ao princípio da eficiência, desde que a autoridade competente ateste, por parecer motivado, a superioridade tecnológica do produto escolhido.
- (E) é regular, desde que a indicação venha acompanhada de ato de ratificação do prefeito municipal, hipótese que supre formalmente a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

47. A Administração Pública Estadual tomou ciência de que, no último concurso público para o cargo de professor na rede pública de educação, um membro da banca examinadora teria divulgado o conteúdo da prova de seleção para determinadas pessoas. O concurso foi homologado no mês de agosto de 2022. Acerca da possibilidade de anular o ato administrativo de homologação do concurso, tendo em vista o disposto na Lei do Processo Administrativo Federal (Lei Federal nº 9.784/1999) e na Lei Estadual nº 10.177/1998, considerando eventual controle concentrado de constitucionalidade realizado, pode-se corretamente afirmar que

- (A) eventual anulação deve ser realizada se comprovado prejuízo ao certame, mediante provocação de algum candidato prejudicado, assegurado o contraditório e ampla defesa a todos os envolvidos.
- (B) o prazo para a anulação é de 10 (dez) anos.
- (C) a anulação, decorrente de ilegalidade, pode ser feita a qualquer tempo, pois o ato nulo não convalesce pelo decurso do tempo.
- (D) não é mais possível anular o ato administrativo de homologação, tendo em vista o decurso do prazo decadencial de 3 (três anos).
- (E) o prazo para a anulação é de 5 (cinco) anos.

48. A pessoa jurídica X, permissionária do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros por meio de ônibus, passou a registrar expressivo e reiterado desequilíbrio econômico no contrato em razão da brusca elevação no preço do combustível, provocada pela eclosão de um conflito armado internacional em região produtora de petróleo. Diante desse cenário, a permissionária requereu formalmente ao Poder Permitente a revisão da tarifa cobrada dos usuários para recompor a equação econômico-financeira do contrato. O pleito, contudo, foi indeferido pela Administração Pública sob o argumento de que a variação de preços de insumos integra o risco do negócio.

Tendo em vista o disposto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, pode-se corretamente afirmar que

- (A) a decisão administrativa é regular, uma vez que a oscilação no valor dos combustíveis é classificada juridicamente como álea ordinária, sendo o risco integralmente assumido pelo delegado do serviço público.
- (B) o reequilíbrio econômico-financeiro por variação de insumos só seria cabível se a elevação do preço do combustível fosse provocada por ato direto e específico do próprio Poder Permitente (fato do príncipe).
- (C) a negativa do Poder Permitente é ilícita, pois o conflito armado internacional caracteriza evento extraordinário e imprevisível (teoria da imprevisão), assegurando à permissionária o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (D) a garantia do equilíbrio econômico-financeiro é restrita aos contratos de concessão, não se aplicando à permissão de serviço público dada a sua natureza jurídica precária e unilateral.
- (E) a elevação do custo do combustível autoriza o aumento automático da tarifa pela própria permissionária, independentemente de prévia concordância ou apuração do impacto financeiro pelo Poder Permitente.

49. A pessoa jurídica “Z”, por intermédio de seus diretores, praticou ato lesivo contra a Administração Pública ao fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contrato administrativo, conduta tipificada pela Lei nº 12.846/2013. Em razão do ilícito, a pessoa jurídica “Z” foi condenada à sanção de multa correspondente a 10% do seu faturamento bruto. Posteriormente à ocorrência dos fatos, a pessoa jurídica “Z” foi objeto de regular operação societária de incorporação pela pessoa jurídica “X”.

Tendo em vista as disposições expressas da Lei nº 12.846/2013 sobre a sucessão e alteração societária, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade da pessoa jurídica “X” (sucessora).

- (A) Fica condicionada ao valor do faturamento bruto da própria pessoa jurídica “X” (incorporadora), que responderá subsidiariamente e apenas no caso de insolvência dos diretores causadores do dano.
- (B) Limita-se exclusivamente à obrigação de reparar o dano causado, ficando a pessoa jurídica sucessora isenta do pagamento da multa pecuniária decorrente do ato lesivo praticado pela incorporada.
- (C) Fica integralmente extinta a responsabilidade pelo pagamento da multa, uma vez que a sanção administrativa aplicada à incorporada possui caráter pessoal (*intuitu personae*), respondendo apenas os diretores que praticaram o ato.
- (D) É restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções decorrentes de atos ocorridos antes da incorporação, salvo comprovada simulação ou fraude.
- (E) Abrange de forma ilimitada o pagamento da multa e a reparação do dano, além de sujeitar a incorporadora às demais sanções administrativas e judiciais previstas na Lei, independentemente da data da operação de incorporação.

50. A companhia X, Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída sob a forma de sociedade por ações, atua como parceira privada em contrato de Parceria Público-Privada (PPP) regido pela Lei nº 11.079/2004. Pretendendo transferir seu controle acionário para outra sociedade anônima, a companhia consulta sua assessora jurídica sobre a viabilidade e os requisitos legais da operação.

Considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004 e da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência do controle societário é livremente permitida entre pessoas jurídicas privadas, bastando a posterior notificação ao Poder Concedente no prazo estipulado contratualmente.
- (B) A transferência do controle da SPE é condicionada à autorização expressa da Administração Pública, devendo a pretendente atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal, além de comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.
- (C) A transferência do controle acionário da SPE sem a prévia anuência da Administração Pública enseja apenas a aplicação de penalidade pecuniária (multa), mantendo-se hígido o contrato de parceria.
- (D) A alteração do controle acionário da SPE é vedada em qualquer hipótese, visto que os contratos administrativos possuem caráter estritamente pessoal (*intuitu personae*) e insuscetível de modificação subjetiva.
- (E) A concordância da Administração Pública com a transferência do controle extingue as obrigações e garantias do contrato original, exigindo a celebração de novo procedimento licitatório.

51. Durante auditoria realizada em autarquia estadual, verificou-se controvérsia acerca da instituição e da incidência de contribuições previdenciárias destinadas ao custeio do regime próprio de previdência social dos servidores públicos. Considerando a Constituição Federal, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, é correto afirmar que

- (A) os Estados poderão instituir contribuição previdenciária incidente sobre os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social aos empregados públicos de suas autarquias e fundações.
- (B) a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio incidirá obrigatoriamente sobre a totalidade dos proventos e pensões sempre que houver déficit financeiro do regime previdenciário.
- (C) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição extraordinária para o custeio de seus regimes próprios de previdência social, desde que comprovada a existência de déficit atuarial, na forma de lei complementar do respectivo ente federativo.
- (D) a contribuição previdenciária ordinária dos servidores titulares de cargos efetivos poderá ter alíquotas progressivas fixadas em razão da base de contribuição ou dos valores dos benefícios de aposentadoria e de pensão.
- (E) a instituição de contribuição previdenciária extraordinária pelos Estados depende de autorização prévia mediante lei complementar federal que estabeleça normas gerais sobre o respectivo tributo.

52. Uma Lei Estadual de 2026 instituiu nova obrigação acessória para determinados contribuintes do ICMS, com previsão expressa de início de vigência na data de sua publicação. Posteriormente, durante procedimento de fiscalização, surgiu controvérsia acerca da aplicação de determinada norma tributária em situação não prevista expressamente em lei. Diante da inexistência de disposição específica, o auditor cogitou utilizar a analogia para suprir a lacuna normativa e exigir tributo em hipótese semelhante à disciplinada pelo legislador.

Considerando exclusivamente as disposições do Código Tributário Nacional acerca da vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ausência de disposição expressa, a autoridade administrativa deve decidir sucessivamente mediante analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- (B) A analogia pode ser utilizada para instituir hipótese de incidência tributária não prevista em lei, desde que observados os princípios da capacidade contributiva e da isonomia tributária.
- (C) As leis tributárias que instituem ou majoram obrigações acessórias somente entram em vigor noventa dias após sua publicação, em razão da aplicação obrigatória do princípio da anterioridade nonagesimal.
- (D) A legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário admite interpretação extensiva sempre que favorecer a arrecadação e a segurança jurídica.
- (E) A utilização da analogia e da equidade constitui técnica de interpretação da legislação tributária, podendo ambas ser empregadas para ampliar o alcance da hipótese de incidência prevista em lei.

53. A Alfa Ltda. foi incorporada pela sociedade Beta S/A, que assumiu integralmente seu patrimônio. Antes da incorporação, Alfa havia deixado de recolher ICMS regularmente lançado, além de ter praticado infração tributária punível apenas com multa de natureza punitiva, sem indícios de fraude, dolo ou simulação. Após a incorporação, a Fazenda Pública estadual promoveu a cobrança dos tributos e das penalidades da sucessora Beta S/A.

Considerando exclusivamente as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade por infrações transmite-se integralmente aos sucessores, inclusive quando se tratar de infrações caracterizadas como crimes contra a ordem tributária, independentemente da responsabilidade penal pessoal.
- (B) A responsabilidade da incorporadora limita-se ao patrimônio recebido da sucedida, ainda que a sucessão decorra de incorporação empresarial regularmente registrada.
- (C) A responsabilidade da incorporadora alcança os tributos devidos pela sucedida, as multas moratórias e punitivas constituídas ou cuja constituição decorra de fatos geradores anteriores à sucessão, exceto penalidades decorrentes de caráter pessoal do infrator.
- (D) As infrações tributárias somente geram responsabilidade quando demonstrado dolo específico do agente, sendo vedada a responsabilização objetiva prevista na legislação tributária.
- (E) A pessoa jurídica incorporadora responde apenas pelos tributos definitivamente constituídos até a data da incorporação, não sendo responsável pelas multas tributárias de qualquer natureza.

54. Acerca da capacidade tributária ativa, à luz da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A capacidade tributária ativa é indelegável, por constituir manifestação da competência tributária, sendo admitida apenas a celebração de convênios para compartilhamento de informações fiscais.
- (B) A delegação da capacidade tributária ativa importa na transferência da competência tributária, razão pela qual a entidade delegatária poderá instituir, majorar ou extinguir o tributo cuja arrecadação lhe foi atribuída.
- (C) A atribuição da capacidade tributária ativa somente pode ocorrer entre pessoas jurídicas de direito público pertencentes ao mesmo ente federativo, sendo vedada a sua transferência a autarquias, fundações públicas ou pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) A revogação da atribuição da capacidade tributária ativa depende de lei específica e somente produz efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos após o início do exercício financeiro seguinte, em observância ao princípio da anterioridade.
- (E) A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica delegante.

55. No curso de procedimento fiscal destinado à apuração de créditos tributários, a Alfa Ltda. recusou-se a apresentar seus livros comerciais e documentos fiscais, alegando que tais documentos estariam protegidos pelo sigilo empresarial e que somente poderiam ser exibidos mediante autorização judicial.

Diante dessa situação hipotética, considerando as normas do Código Tributário Nacional acerca da fiscalização tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A legislação tributária pode atribuir aos sujeitos passivos e a terceiros a obrigação de exhibir livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais à autoridade administrativa, não prevalecendo eventual disposição legal excludente ou limitativa desse dever de exibição.
- (B) A autoridade administrativa poderá requisitar a apresentação de livros e documentos fiscais apenas durante o exercício financeiro em que ocorrer o fato gerador, extinguindo-se esse poder após o encerramento do exercício.
- (C) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal somente poderão ser examinados quando houver indícios suficientes da prática de crime contra a ordem tributária, sendo vedada sua análise para fins exclusivamente fiscais.
- (D) A autoridade administrativa somente poderá examinar livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal mediante autorização judicial, em razão da garantia constitucional da inviolabilidade da intimidade e do sigilo de dados.
- (E) Os livros comerciais obrigatórios somente poderão permanecer sob fiscalização da autoridade administrativa pelo prazo máximo de cinco dias úteis, independentemente da complexidade da auditoria ou de previsão legal específica.

56. Durante procedimento de fiscalização, a autoridade tributária estadual verificou que a Comercial Beta Ltda., contribuinte do ICMS, declarou regularmente suas operações, porém recolheu valor inferior ao efetivamente devido em determinado período de apuração. Constatada a diferença, foi constituído o crédito tributário correspondente, acrescido da penalidade cabível. Em situação diversa, determinado Município encaminhou aos proprietários de imóveis urbanos os carnês de IPTU referentes ao exercício financeiro, contendo a identificação do sujeito passivo, a base de cálculo, a alíquota e o valor do tributo.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional (CTN) acerca das modalidades de lançamento tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento do IPTU e o do ICMS são ambos realizados por homologação, pois, em ambos os casos, o pagamento do tributo depende de manifestação inicial do contribuinte.
- (B) O lançamento por declaração caracteriza-se pela apuração do montante devido exclusivamente pela autoridade administrativa, independentemente de informações prestadas pelo sujeito passivo.
- (C) O lançamento por homologação exige, para sua validade, a prévia constituição do crédito tributário pela autoridade administrativa, antes da realização do pagamento pelo contribuinte.
- (D) O lançamento do IPTU é, em regra, de ofício, enquanto o ICMS está sujeito ao lançamento por homologação, podendo a autoridade administrativa efetuar lançamento de ofício para constituir diferenças de tributo não recolhidas ou recolhidas a menor.
- (E) O lançamento de ofício somente pode ser utilizado para constituir créditos tributários relativos a tributos cujo lançamento originário também seja de ofício, sendo vedada sua utilização para exigir diferenças apuradas em tributos sujeitos ao lançamento por homologação.

57. A Beta S/A teve sua falência decretada após acumular expressivos débitos tributários perante a União, o Estado e o Município, além de obrigações trabalhistas, créditos decorrentes de acidente de trabalho, créditos extraconcursais e garantia real em favor de instituição financeira. Durante o processo falimentar, surgiu discussão acerca da ordem de preferência para satisfação dos créditos.

Acerca das garantias e privilégios do crédito tributário, é correto afirmar que

- (A) os créditos tributários da União sempre preferem aos créditos tributários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, independentemente da natureza do tributo ou da existência de garantia real.
- (B) na falência, a preferência conferida ao crédito tributário não alcança os créditos extraconcursais nem as importâncias passíveis de restituição, tampouco os créditos com garantia real, no limite do bem gravado.
- (C) na falência, os créditos tributários preferem aos créditos extraconcursais, em razão da indisponibilidade do interesse público e do princípio da supremacia do interesse fazendário.
- (D) a preferência atribuída ao crédito tributário pelo Código Tributário Nacional impede que lei posterior estabeleça ordem diversa de classificação dos créditos no processo falimentar.
- (E) o crédito tributário possui preferência absoluta sobre quaisquer outros créditos, inclusive os decorrentes da legislação do trabalho, os créditos extraconcursais e aqueles oriundos de acidentes de trabalho.

58. A Alfa Ltda. pretende participar de procedimento licitatório promovido por ente da Administração Pública. Ao requerer certidão perante a Fazenda Pública competente, verificou-se a existência de crédito tributário regularmente constituído, cuja exigibilidade estava suspensa em razão de depósito integral do montante discutido judicialmente.

À luz das disposições do Código Tributário Nacional, é correto afirmar que a

- (A) Fazenda Pública deverá expedir certidão positiva com efeitos de negativa, pois a suspensão da exigibilidade do crédito tributário impede que a existência desse crédito obste a emissão de documento com os mesmos efeitos da certidão negativa.
- (B) Fazenda Pública deverá negar a emissão de qualquer espécie de certidão, pois a mera existência de crédito tributário definitivamente constituído impede a expedição de certidão com efeitos de negativa, ainda que sua exigibilidade esteja suspensa.
- (C) legislação tributária permite a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa apenas na hipótese de parcelamento regularmente concedido, vedando sua expedição nas demais causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (D) certidão positiva com efeitos de negativa somente pode ser expedida quando o crédito tributário estiver garantido por penhora suficiente em execução fiscal regularmente ajuizada.
- (E) certidão negativa somente poderá ser emitida quando inexistir qualquer crédito tributário constituído contra o contribuinte, sendo irrelevante a suspensão da exigibilidade do crédito.

59. Suponha que o Estado de São Paulo conceda uma subvenção social de R\$ 2.000.000,00 a uma Santa Casa para auxiliar no atendimento gratuito à população. Os recursos são utilizados para pagamento de médicos e enfermeiros, compra de medicamentos e despesas de funcionamento do hospital.

À luz da Lei nº 4.320/1964, essa despesa classifica-se como

- (A) despesas de custeio.
- (B) inversões financeiras.
- (C) transferências correntes.
- (D) transferências de capital.
- (E) investimentos.

60. Considere uma situação hipotética na qual o Estado de São Paulo recolha R\$ 5.000.000,00 por mês ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS para financiar o regime previdenciário de seus servidores. Conforme dispõe a Lei nº 4.320/1964, o registro orçamentário realizado pelo RPPS deve ser classificado como

- (A) despesa de custeio.
- (B) transferência de capital.
- (C) receita de contribuições.
- (D) receita de serviços.
- (E) receita de capital.

61. Observe o seguinte excerto da Constituição Federal:

“As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de _____ da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que _____ desse percentual será destinada a ações e serviços públicos _____.”

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) cinco por cento ... um quarto ... de educação
- (B) cinco por cento ... um quarto ... de saúde
- (C) dois por cento ... metade ... de educação
- (D) cinco por cento ... metade ... de saúde
- (E) dois por cento ... metade ... de saúde

62. Durante auditoria realizada nas contas do Estado de São Paulo, verificou-se que determinado servidor recebeu numerário em regime de adiantamento para realizar despesas urgentes de pequeno vulto. No momento da concessão, constatou-se que o servidor era responsável por dois adiantamentos anteriores, cujas prestações de contas ainda não haviam sido aprovadas pela autoridade competente, embora já as tivesse apresentado tempestivamente.

Considerando as disposições da Lei nº 4.320/1964, a concessão do adiantamento

- (A) é vedada, pois não se fará adiantamento a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos.
- (B) é admitida, desde que as prestações de contas dos adiantamentos anteriores tenham sido apresentadas, ainda que pendentes de aprovação pela autoridade competente.
- (C) é admitida quando destinada ao atendimento de despesas urgentes, ainda que o servidor seja responsável por mais de dois adiantamentos simultaneamente.
- (D) depende de autorização do Tribunal de Contas competente sempre que o servidor possuir adiantamentos pendentes de prestação de contas.
- (E) é vedada ao servidor se declarado em alcance por decisão definitiva do Tribunal de Contas, não alcançando hipóteses de responsabilidade por outros adiantamentos.

63. Ao final do exercício financeiro de 2026, o Estado de São Paulo verificou que havia despesas regularmente empenhadas, das quais parte já havia sido liquidada, mas permanecia sem pagamento, enquanto outra parte sequer havia sido liquidada até 31 de dezembro.

A Lei nº 4.320/1964 dispõe sobre essa matéria e estabelece que

- (A) o empenho ordinário destina-se às despesas contratuais de valor previamente conhecido, mas cuja execução ocorra de forma parcelada ao longo de mais de um exercício financeiro.
- (B) a emissão da nota de empenho poderá ser dispensada sempre que a despesa decorrer de contrato administrativo regularmente celebrado pela Administração Pública.
- (C) as despesas não liquidadas até o encerramento do exercício financeiro não poderão ser inscritas em restos a pagar, devendo o empenho ser obrigatoriamente anulado.
- (D) a despesa empenhada e não paga até 31 de dezembro será inscrita em restos a pagar, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas, conforme tenham sido ou não liquidadas.
- (E) o empenho da despesa cria obrigação de pagamento independentemente da verificação do direito adquirido pelo credor, sendo dispensável a fase de liquidação para as despesas inscritas em restos a pagar.

64. A diretoria de uma empresa de eletrodomésticos estuda a expansão de sua frota de caminhões. O investimento inicial estimado é de R\$ 3 milhões. Ao descontar os fluxos de caixa projetados para os próximos 5 anos pela Taxa Mínima de Atratividade (TMA) da companhia, o departamento financeiro encontrou um Valor Presente Líquido (VPL) de – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais negativos).

Com base exclusivamente no critério do VPL e nos conceitos de avaliação de investimentos, assinale a afirmação correta.

- (A) O projeto deve ser rejeitado, pois um VPL negativo indica que o investimento gerará um prejuízo contábil imediato no balanço patrimonial da empresa.
- (B) O projeto deve ser rejeitado, pois o resultado indica que o valor presente das entradas de caixa é insuficiente para recuperar o investimento inicial e remunerar o capital à taxa requerida.
- (C) A decisão, seja ela qual for, não reflete o valor do investimento, pois o valor negativo representa apenas o custo residual dos caminhões ao final do quinto ano.
- (D) O projeto deve ser aceito, pois o prejuízo de R\$ 200.000,00 é irrelevante frente ao ganho de imagem institucional com a frota ecológica.
- (E) O projeto deve ser rejeitado, dado que um VPL negativo sinaliza que a Taxa Interna de Retorno (TIR) do empreendimento superou a taxa de desconto utilizada.

65. Uma empresa apresentou um Lucro Operacional (EBIT) de R\$ 140.000,00 e Despesas Financeiras (juros) de R\$ 35.000,00. Qual é o Grau de Alavancagem Financeira (GAF) dessa empresa?

- (A) 1,25
- (B) 1,33
- (C) 1,00
- (D) 1,10
- (E) 1,15

66. O Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) é a taxa mínima de retorno que uma empresa deve obter em seus investimentos para satisfazer seus acionistas e credores. Assinale a alternativa que descreve corretamente o impacto de uma mudança nas fontes de financiamento sobre esse indicador.
- (A) O aumento do endividamento (capital de terceiros) sempre eleva o WACC, porque os bancos exigem garantias reais que encarecem a operação em comparação ao capital próprio.
 - (B) A alíquota do Imposto de Renda atua reduzindo o custo do capital próprio, uma vez que a distribuição de dividendos gera créditos fiscais dedutíveis para a companhia.
 - (C) Em níveis moderados de endividamento, a inclusão de capital de terceiros tende a reduzir o WACC devido ao menor custo relativo da dívida e ao benefício fiscal dos juros.
 - (D) O WACC deve ser utilizado como taxa de desconto para fluxos de caixa não operacionais, independentemente da proporção de capital próprio e de terceiros adotada na empresa.
 - (E) Se uma empresa passar a ser financiada 100% por capital próprio, o seu WACC será nulo (0%), visto que não haverá despesas com juros ou credores a pagar.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

67. Um capital de R\$ 34.500,00 é aplicado por um prazo de 4 meses a uma taxa de 1,5% ao mês. Considerando os conceitos de regime de capitalização simples e composta, assinale a alternativa correta.
- (A) Os juros incorridos, considerando o regime de capitalização composta, totalizaram aproximadamente R\$ 2.070,00.
 - (B) O montante de capital acumulado, ao final do período, considerando a capitalização composta, é de aproximadamente R\$ 36.618,00.
 - (C) A capitalização por meio de juros simples supera a capitalização por meio de juros compostos em, aproximadamente, R\$ 57,00.
 - (D) O montante de capital acumulado, ao final do período, considerando a capitalização simples, é de aproximadamente R\$ 36.618,00.
 - (E) Os juros incorridos, considerando o regime de capitalização simples, totalizaram aproximadamente R\$ 2.117,00.

68. 3.500 instrumentos de dívida foram emitidos com valor nominal de R\$ 1.200,00 cada pelo prazo de 2 anos com taxa de 5% ao ano. Para que esses instrumentos financeiros fossem colocados no mercado, a entidade que os emitiu incorreu em custos de colocação no valor de R\$ 200.000,00. Considerando essas informações, é correto afirmar que o custo efetivo total da transação está

- (A) entre 5,01% e 6%
- (B) acima de 8,01%
- (C) entre 6,01% e 7%
- (D) entre 4% e 5%
- (E) entre 7,01% e 8%

69. Uma empresa de infraestrutura realizou um financiamento de R\$ 1.500.000,00 a ser amortizado pelo Sistema de Amortização Constante em 10 parcelas mensais e a uma taxa de juros de 7% ao mês.

É correto afirmar que a parcela a ser paga no 4º mês totaliza, em reais:

- (A) 234.000,00.
- (B) 255.000,00.
- (C) 213.000,00.
- (D) 223.500,00.
- (E) 244.500,00.

R A S C U N H O

70. Uma Entidade Fiscalizadora Superior pretende realizar uma auditoria utilizando as ISSAIs e normas emitidas por outra fonte. Nessa situação, a aplicação conjunta será admitida quando

- (A) não houver contradição entre os conjuntos normativos, e a referência abranger tanto as ISSAIs quanto as demais normas aplicadas.
- (B) as normas da outra fonte prevalecerem nos pontos em que houver conflito com as ISSAIs.
- (C) o relatório mencionar apenas as ISSAIs, ainda que outras normas tenham sido aplicadas.
- (D) a combinação de normas for utilizada exclusivamente em auditorias financeiras.
- (E) a INTOSAI autorizar previamente a combinação normativa para o trabalho específico.

71. Uma Entidade Fiscalizadora Superior desenvolveu normas próprias de auditoria e pretende declarar que elas são baseadas nos princípios das ISSAIs. Essa declaração será adequada somente se essas normas

- (A) receberem aprovação prévia da INTOSAI antes de sua adoção pela entidade.
- (B) incorporarem a maior parte dos princípios relevantes, desde que as exceções sejam divulgadas nos relatórios.
- (C) forem aplicadas juntamente com as ISSAIs 2000 a 4899 em todos os trabalhos de auditoria.
- (D) cumprirem integralmente todos os princípios relevantes das ISSAIs 100, 200, 300 e 400.
- (E) forem aprovadas pela legislação nacional, ainda que apresentem divergências em relação às ISSAIs.

72. Sobre os requisitos éticos aplicáveis à auditoria do setor público, é correto afirmar que

- (A) a observância dos requisitos éticos depende exclusivamente do julgamento individual do auditor, cabendo à Entidade Fiscalizadora Superior apenas apurar infrações já ocorridas.
- (B) o Código de Ética da INTOSAI estabelece apenas a integridade e a independência como valores éticos fundamentais.
- (C) a Entidade Fiscalizadora Superior deve estabelecer e manter procedimentos que proporcionem segurança razoável quanto ao cumprimento dos requisitos éticos, os quais são detalhados pela ISSAI 130.
- (D) a adoção de um código de ética dispensa a Entidade Fiscalizadora Superior de manter procedimentos institucionais destinados ao cumprimento dos requisitos éticos.
- (E) a ISSAI 130 aplica-se somente aos auditores diretamente empregados pela Entidade Fiscalizadora Superior, não alcançando dirigentes, contratados ou integrantes de sua estrutura de governança.

- 73.** Em uma auditoria de programa público, a equipe examinará se os resultados foram alcançados com economicidade e efetividade, se as despesas observaram as normas orçamentárias e se as informações financeiras estão livres de distorção relevante. Esse trabalho deve ser classificado como
- (A) auditoria combinada de natureza operacional e de conformidade, pois a análise das informações financeiras de um programa público integra a verificação do cumprimento das normas orçamentárias.
 - (B) conjunto de três auditorias autônomas, pois os aspectos financeiros, operacionais e de conformidade não podem integrar o mesmo trabalho.
 - (C) auditoria combinada, por incorporar aspectos de auditoria operacional, de conformidade e financeira, cabendo aos objetivos do trabalho determinar as normas aplicáveis.
 - (D) auditoria operacional, com procedimentos acessórios de conformidade e de auditoria financeira, pois o programa público constitui o objeto predominante do trabalho.
 - (E) auditoria financeira, com procedimentos operacionais e de conformidade utilizados exclusivamente para avaliar os riscos de distorção relevante.
- 74.** Durante a execução de uma auditoria em programa público, uma mudança significativa no ambiente do objeto alterou os riscos inicialmente avaliados. Nessa situação, o auditor deve
- (A) ajustar apenas a natureza, a época e a extensão dos procedimentos, pois o escopo, os objetivos e a abordagem não podem ser revistos após o início da execução.
 - (B) reavaliar os riscos e, quando necessário, ajustar os aspectos estratégicos e operacionais do planejamento, pois este se desenvolve ao longo da auditoria.
 - (C) reavaliar os riscos, mantendo inalterado o planejamento aprovado e registrando os efeitos da mudança apenas no relatório final.
 - (D) revisar o escopo, os objetivos e a abordagem, preservando o cronograma e os procedimentos definidos inicialmente.
 - (E) concluir os procedimentos previstos antes de reavaliar os riscos, para evitar que fatos surgidos durante a execução alterem o planejamento original.
- 75.** Sobre o procedimento de circularização, é correto afirmar que
- (A) corresponde a um procedimento analítico de auditoria com a comparação entre os registros contábeis com os documentos de terceiros mantidos em arquivo, seja em papel ou eletrônico pela entidade auditada.
 - (B) se limita à conferência, pelo auditor, de documentos produzidos internamente pela entidade auditada.
 - (C) consiste em indagação verbal dirigida a terceiros, cuja resposta deve ser encaminhada pela administração da entidade auditada.
 - (D) consiste na obtenção de declaração escrita da administração sobre informações constantes das demonstrações contábeis.
 - (E) corresponde à resposta escrita enviada por terceiro diretamente ao auditor, em papel, meio eletrônico ou outro meio.
- 76.** Em auditoria financeira de entidade pública, o auditor obteve evidência apropriada e suficiente e concluiu que as distorções identificadas durante seu exame, em conjunto, são relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis. Nesse caso, deve emitir
- (A) opinião com ressalva.
 - (B) opinião não modificada com parágrafo de ênfase.
 - (C) abstenção de opinião.
 - (D) opinião adversa.
 - (E) opinião não modificada.

77. Na administração pública, existem circunstâncias que exigem atuação para viabilizar propostas em que há necessidade de recursos. Nesse sentido, conforme a Lei nº 4.320/1964, no Título V, estão previstos os créditos adicionais, que são

- (A) autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os dois primeiros são autorizados por lei, abertos por decreto executivo e dependem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.
- (B) recursos obtidos junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras, para suprir exclusivamente despesas de capital imprescindíveis para o cumprimento do plano de governo e cujos valores tenham sido subavaliados no orçamento do ente federativo, necessitando de exposição justificativa.
- (C) recursos obtidos junto a cooperativas ou organizações de cooperação internacional para suprir despesas correntes e de capital cujos valores tenham sido subavaliados no orçamento do ente federativo, necessitando de autorização do legislativo e de exposição justificativa.
- (D) autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo autorizados por lei, abertos por decreto executivo ou medida provisória e independem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.
- (E) autorizações de despesas essenciais e não previstas na Lei de Orçamento, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, sendo que os dois últimos são autorizados por lei, abertos por decreto executivo e dependem da existência de recursos disponíveis e de exposição justificativa.

78. O Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público (MCASP) evidencia que os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, valem para todos os poderes e entes federativos; sendo que o MCASP contém apenas os princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivam de normas jurídicas.

Três desses princípios derivados de normas jurídicas são:

- (1) A LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (2) A LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.
- (3) Determinação da existência de orçamento único para cada um dos entes federados.

Esses respectivos princípios orçamentários são:

- (A) Totalidade, Exclusividade e Unidade.
- (B) Universalidade, Totalidade e Exclusividade.
- (C) Universalidade, Unidade e Totalidade.
- (D) Exclusividade, Totalidade e Unidade.
- (E) Universalidade, Exclusividade e Totalidade.

79. As receitas orçamentárias, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao setor Público (MCASP), são classificadas por três diferentes critérios, sendo correto afirmar que um deles refere-se a:

- (A) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.
- (B) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código de 8 dígitos reservasse dois dígitos do código da natureza de receita, referente aos desdobramentos da receita, para a separação dos códigos da União daqueles códigos específicos para os demais entes federados.
- (C) Fonte/Destinação de Recursos, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.
- (D) Fonte/Destinação de Recursos, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei nº 4.320/1964, tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código de 8 dígitos reservasse dois dígitos do código da natureza de receita, referente aos desdobramentos da receita, para a separação dos códigos da União daqueles códigos específicos para os demais entes federados.
- (E) Natureza, cuja identificação por números de código decimal foi concebida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), tendo tal codificação sofrido uma mudança que se tornou obrigatória em 2023 para que o código passasse de 6 dígitos para 8 dígitos, de modo a permitir a inclusão ao final da especificação de sua utilização, de fundamental importância para fins gerenciais.

80. O regime de adiantamento, também denominado suprimimento de fundos, é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. É correto afirmar, com base no Manual de Contabilidade Aplicado ao setor Público (MCASP), que o momento da concessão corresponde

- (A) ao Pagamento quando são executados os lançamentos de natureza patrimonial orçamentária e de controle. Já no empenho no momento da liquidação e reconhecimento do direito são executados os lançamentos de natureza orçamentária e de controle, enquanto que no momento da prestação de contas do saldo utilizado há lançamentos de natureza patrimonial e orçamentária.
- (B) ao Pagamento quando há apenas lançamento de natureza patrimonial. Já no empenho são executados os lançamentos de natureza patrimonial orçamentária e de controle, enquanto que no momento da liquidação e reconhecimento do direito e prestação de contas do saldo utilizado há lançamentos de natureza orçamentária e de controle.
- (C) ao Empenho e não há lançamento de natureza patrimonial, sendo executados os lançamentos de natureza orçamentária e de controle. Tanto no momento da liquidação e reconhecimento do direito como no do pagamento ao suprido há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle. Na prestação de contas do saldo utilizado há apenas lançamento de natureza patrimonial.
- (D) ao Empenho e há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle, e ocorre no momento da liquidação e reconhecimento do direito. Por ocasião do pagamento ao suprido, há apenas lançamento de natureza patrimonial, enquanto que na prestação de contas do saldo utilizado há apenas lançamento de natureza de controle.
- (E) à Liquidação e reconhecimento do direito quando são executados os lançamentos de natureza patrimonial e de controle. No momento do empenho há lançamentos de natureza patrimonial, orçamentária e de controle do mesmo modo que no momento do pagamento. No momento da prestação de contas do saldo utilizado, há apenas lançamento de natureza patrimonial.

RASCUNHO

